



Rachel

## Código do consumidor será criado

A deputada Rachel Cândido (PFL-RO) brigou muito, mas finalmente conseguiu fazer a Comissão de Sistematização aprovar, por 80 votos a 8, a inclusão, no título da Disposições Transitórias, de prazo de 120 dias para a criação de um Código de Defesa do Consumidor, a partir da data de promulgação da nova Carta.

Por causa desta proposta ela já chegou ao ponto de praticamente agredir a deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), durante a votação do capítulo dos Direitos Individuais e Coletivos. Rose concordara em retirar, na votação daquele capítulo, proposta idêntica à de Rachel Cândido, atendendo às ponderações de Cabral de que a matéria era mais adequada ao título das Disposições Transitórias. A retirada da proposta de Rose prejudicou as outras semelhantes, o que revoltou a deputada rondonense.

Mas Rachel, "precavida", como ela fez questão de ressaltar na briga com Rose de Freitas, tinha apresentado a mesma emenda também ao título das Disposições Transitórias. Ao subir à tribuna para defender sua proposta, denunciou, irritada, a existência de constituintes que tentaram, "roubar" sua idéia.

# Esquerda e *Centrão* traçam estratégias

União dos grupos será primordial nas disputas do plenário

Dez meses após ser instalada, a Constituinte finalmente entra em sua fase decisiva. A partir do dia 4 de dezembro, com a chegada do projeto de Constituição aprovado pela polêmica Comissão de Sistematização ao plenário, terão início os grandes — e definitivos — embates entre os diversos grupos de parlamentares. Ao contrário do que era previsto, o projeto começará a ser votado com base em um regimento alterado. Esta alteração, a ser definida na próxima terça-feira, demonstra a força de um grupo oficializado há cerca de três semanas: o *Centrão*, que reúne constituintes de centro e de direita.

Do outro lado do campo de batalha está a esquerda, formada pela maioria dos pequenos partidos representados no Congresso — PT, PDT, PSB, PCB e PC do B —, além da dissidência do PMDB, denominada Movimento Unidade Progressista (MUP). A batalha, está claro desde já, se dará com ampla vantagem para os parlamentares de centro-direita, que são maioria no plenário. Por isso o *Centrão* ousa afirmar que tem força para modificar o que quiser no projeto. Mais humilde, a esquerda anuncia que jogará na defensiva, para evitar que o adversário marque gols e manter o placar atual, ou seja, o projeto da Sistematização.

Os números não mentem: a esquerda reúne cerca de 100 parlamentares, mas pode crescer até 180 ou 200, dependendo do tema a ser votado. O *Centrão*, que reuniu 319 assinaturas, por sua vez, não conta com todas elas para aprovar tudo o que desejar, mas a exemplo da esquerda, pode recorrer aos constituintes que não se identificam totalmente com este ou aquele grupo. Nenhum dos dois grupos descarta a arma da negociação prévia. Portanto, no plenário, as grandes batalhas acontecerão somente em questões fundamentais, nas quais a

esquerda e a direita vão disputar no voto o texto a ser aprovado.

Nesse aspecto os esquerdistas tem alguma vantagem. Qualquer modificação só será implantada se 280 constituintes — a maioria absoluta do plenário — a aprovarem. Caso contrário, o texto da Sistematização será mantido. Mesmo tendo 319 assinaturas, o *Centrão* não é homogêneo. Muitos parlamentares entraram para o grupo na esperança de um novo prazo para emendas ser aberto — o que afinal deverá acontecer na próxima semana.

A partir de hoje, as articulações de cada grupo se intensificarão. A esquerda quer reunir na terça-feira todos os seus membros, independente de partido, para fazer um levantamento das emendas que poderão ser apresentadas em conjunto, aproveitando ao máximo o número permitido pelo Regimento Interno. Mais organizado, o *Centrão* montou uma Constituinte paralela, aproveitando os moldes da oficial. Após dividir seus membros em subcomissões e comissões temáticas, foram elaborados textos referentes a cada um dos títulos do projeto da Comissão de Sistematização. Esses textos — cuja base foi o próprio projeto — devem chegar às mãos do deputado José Lins (PFL-CE), uma espécie de Bernardo Cabral do *Centrão*, ainda neste fim de semana.

— Creio que manteremos cerca de 90 por cento do projeto já aprovado, explicou José Lins. "Combateremos especialmente os títulos II, III e VII, ou seja, os que tratam dos direitos sociais, das atribuições do Governo e da Ordem Econômica", revelou. "O restante", garantiu José Lins, "sofrerá pequenas alterações, porque o que foi aprovado não nos preocupa". Tanto na segunda como na terça-feira — os dois dias que antecederão a abertura de novo prazo para

apresentação de emendas — o *Centrão* vai se reunir, a fim de fechar suas propostas. "O fim de semana será dedicado a um trabalho de pente fino, de leitura minuciosa do projeto", contou o deputado-relator. Isto porque independente dos pareceres dos relatores do grupo, todos os seus membros poderão apresentar sugestões de emendas. "Até agora já recebemos mais de 200, que coincidentemente contemplam os títulos II, III e VII", afirmou.

— A Comissão de Sistematização esmagou o pessoal de centro, que agora vai mostrar o que pensa, disse José Lins. Para isso, contudo, o *Centrão* precisará reunir 280 votos. Lins concorda que a tarefa não será fácil, mas não se assusta com a articulação que a esquerda prepara. "Ela não tem força para manter o texto. Mas acredito que poderemos negociar", concedeu.

Esta é, na verdade, a esperança da esquerda. Até agora sem articulação definida, os mais de 100 parlamentares levantam individualmente os pontos considerados polêmicos e já estudam emendas e destaques. Mas o grande consenso existente é sobre a necessidade de não permitir o retrocesso em relação ao texto já aprovado. "Temos consciência de que em algumas questões essenciais, como a reforma agrária, não poderemos avançar mais", afirmou o deputado Wilson Souza (PMDB-SC). Integrante do MUP. "Em questões que a direita considera secundárias, porém, ainda é possível ter avanços. É o caso do defensor do povo, não criado pelo projeto, e da participação direta nas decisões dos órgãos governamentais". Wilson Souza, contudo, garante que o MUP vai lutar até o fim por algumas questões, independente de dificuldades. "Queremos, por exemplo, garantir a jornada de trabalho de 40 horas semanais", disse.

	PROJETO APROVADO	CENTRÃO	ESQUERDA
ESTABILIDADE	Proíbe a demissão imotivada	Quer garantir o direito de demitir, mediante indenização	Quer manter o texto, se não for possível avançar mais
JORNADA DE TRABALHO	44 horas semanais	Aceita a manutenção do texto já aprovado	Aceita a manutenção do texto já aprovado, mas vai lutar pela jornada de 40 horas semanais
HORA EXTRA	Paga em dobro	Quer retirar do texto e remeter para convenções e lei complementar. Não concorda com o pagamento em dobro	Quer manter o texto já aprovado
SISTEMA DE GOVERNO	Parlamentarismo	Não discute a questão	Não discute a questão
MANDATO PRES. JOSÉ SARNEY	4 anos	Não discute a questão	Quer manter o texto já aprovado
REFORMA AGRÁRIA	Direito de propriedade vinculado a função social da terra. Imissão: de posse remetida para a legislação ordinárias	Quer definir bem o conceito de função social. Já imissão: aceita o texto já aprovado.	Quer a manutenção do texto, se não for possível avançar mais. Imissão: automática, após 90 dias da desapropriação.
DISTRIBUIÇÃO DO PETRÓLEO	Nacionaliza	Não quer o texto já aprovado	Quer manter o texto já aprovado

## Quem é quem nos temas polêmicos

A luta do *Centrão* e da esquerda para aprovar suas teses e incluí-las na nova Constituição passa principalmente pelas ditas questões polêmicas. Nesse elenco, estão as questões que despertaram as discussões mais acaloradas durante a votação do substitutivo do relator Bernardo Ca-

bral pela Comissão de Sistematização. Agora, quando o projeto chega ao plenário para ser debatido e votado pelos 559 constituintes, todas essas questões voltarão à tona. Problemas como estabilidade no emprego, jornada de trabalho, pagamento de horas extras, reforma agrária, na-

cionalização da distribuição do petróleo, sistema de governo e mandato do presidente José Sarney já estão na mira de constituintes de todas as tendências. Neste quadro estão, de forma resumida, as posições do *Centrão* e da esquerda quanto a essas questões.